



Comissão Especial
para a Ecologia
Integral e Mineração

Brasília - DF, 6 de maio de 2025

V. Ex.ª

SR. DEPUTADO FILIPE BARROS (PL/PR)

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
Congresso Nacional - Brasília – DF

Ref.: Pela ratificação do Acordo de Escazú;
transparência, justiça e proteção da vida.

Senhor Deputado,

A Comissão para Ecologia Integral e Mineração da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), atenta aos desafios do nosso tempo e fiel à missão de promover o bem comum, dirige-se ao senhor, à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e a toda a Casa Legislativa para manifestar seu **apoio à ratificação do Acordo de Escazú**, tratado regional que fortalece o direito de acesso à informação, à participação pública e à justiça em temas ambientais.

Em um momento em que o Brasil busca consolidar-se no cenário internacional como potência econômica comprometida com a defesa do meio ambiente, o Acordo representa uma oportunidade concreta de reforçar valores fundamentais ao verdadeiro desenvolvimento socioeconômico e à democracia: transparência, clara governança, combate à corrupção e segurança jurídica nas decisões sobre o uso de nossos recursos naturais.

O fortalecimento e clareza de nossos marcos legais é essencial para ampliar a confiança nas instituições e assegurar que o desenvolvimento do país ocorra com base na ordem, na dignidade humana e na valorização da vida. A adesão a compromissos como o de Escazú também aproxima o Brasil das melhores práticas internacionais, que unem ética, desenvolvimento e sustentabilidade.

É importante reconhecer que a atual ausência de transparência e de falhas em nosso sistema de justiça em questões ambientais não favorece a sociedade,





Comissão Especial
para a Ecologia
Integral e Mineração

mas apenas aqueles que atuam à margem da lei, explorando a criação divina - a natureza - e os mais vulneráveis. Reconhecemos no Acordo de Escazú uma ferramenta de integridade institucional e proteção da soberania nacional, pois reforça a capacidade do Estado de garantir que a lei seja respeitada em todo o território.

Neste contexto, a CNBB expressa sua preocupação com o fato de que a tramitação do Acordo não haja avançado na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. Convidamos, respeitosamente, os membros desta Comissão a reavaliarem suas possíveis preocupações com o Acordo, à luz do bem comum e da missão constitucional do Parlamento de representar os interesses do povo brasileiro com justiça, racionalidade e espírito público. Solicitamos que ao tema seja garantida uma análise ampla, com o tempo necessário em referência à importância da matéria.

Recordamos, em nome de muitos outros defensores e defensoras do meio ambiente, o testemunho de Irmã Dorothy Stang, missionária católica assassinada em 2005 por defender a floresta e os pobres da Amazônia. Sua história simboliza tantas brasileiras e brasileiros — religiosos, agricultores, lideranças comunitárias — que enfrentam ameaças por atuar pacificamente em defesa da vida e do bem comum. A ratificação do Acordo é um passo necessário para que essas vidas estejam protegidas pela justiça.

Com clareza moral, o Papa Francisco afirma na encíclica *Laudato Si'*:

A corrupção, que esconde o verdadeiro impacto ambiental de um projeto, em troca de favores, frequentemente leva a autorizações ambíguas ou inexistentes, a análises ambientais superficiais, à omissão da obrigação de informar e a discussões sem participação real. Isto impede que se tomem decisões plenamente informadas, que sejam conscientes e responsáveis. (n. 179)

O Acordo de Escazú responde exatamente a esse desafio: combater a corrupção ambiental, garantir decisões responsáveis e fortalecer a confiança





**Comissão Especial
para a Ecologia
Integral e Mineração**

entre Estado e sociedade. É um instrumento de justiça e de paz. Por isso, conclamamos os parlamentares desta Casa a superarem barreiras ideológicas e a reconhecerem que Escazú é um instrumento a serviço de todos os brasileiros — de todas as crenças, origens e posições políticas — que desejam um país mais transparente, justo e respeitado no mundo.

Com estima e confiança no compromisso desta Casa com a vida, a justiça e a democracia, e com a fé interior de cada um de vós.

+ Vicente de Paula Ferreira, C.Ss.R.

Dom Vicente de Paula Ferreira, CSsR

Bispo da Diocese de Livramento de Nossa Senhora – BA
Presidente da Comissão para Ecologia Integral e Mineração da CNBB

+ Norbert FL

Dom Norbert Hans Christoph Foerster, SVD

Bispo da Diocese de Ji-Paraná – RO
Membro da Comissão para Ecologia Integral e Mineração da CNBB

+ Feo Cota

Dom Francisco Cota de Oliveira

Bispo da Diocese de Sete Lagoas – MG
Membro da Comissão para Ecologia Integral e Mineração da CNBB

+ Gabriele Marchesi

Dom Gabriele Marchesi

Bispo da Diocese de Floresta – PE
Membro da Comissão para Ecologia Integral e Mineração da CNBB

+ Edson Damian

Dom Edson Taschetto Damian

Bispo Emérito de São Gabriel da Cachoeira – AM
Membro da Comissão para Ecologia Integral e Mineração da CNBB

